

Todorov teme caos com greve na UnB

Escolas da Fundação não param

O segundo semestre letivo de 89 da Universidade de Brasília (UnB), com início marcado para amanhã, pode não começar e os alunos talvez encontrem, no que seria o primeiro dia de aulas, uma greve geral. Depois de assumir interinamente a reitoria da Universidade no momento em que os professores retornavam de uma paralisação de três meses, o vice-reitor, João Cláudio Todorov, pode transferir a administração essa semana ao reitor eleito, Antonio Ibanez, que deve ser nomeado.

Ele acredita que, se os professores aprovarem a greve na assembleia de amanhã, às 8h00, os funcionários, que reúnem-se à tarde, seguirão o mesmo caminho e as duas categorias cruzarão os braços por tempo indeterminado.

JBr — Como o senhor avalia a disposição dos professores da UnB de entrarem em greve a partir de amanhã, impedindo o início do segundo semestre de 89?

Todorov — Sabemos que existem muitos professores profundamente insatisfeitos com a situação salarial e muita gente que acha que chegou a hora de fechar a Universidade e seja o que Deus quiser. Isso me preocupa muito porque até hoje nós não nos recuperamos dos estragos causados pela greve do primeiro semestre desse ano.

Essa situação é consequência

apenas da greve dos professores?

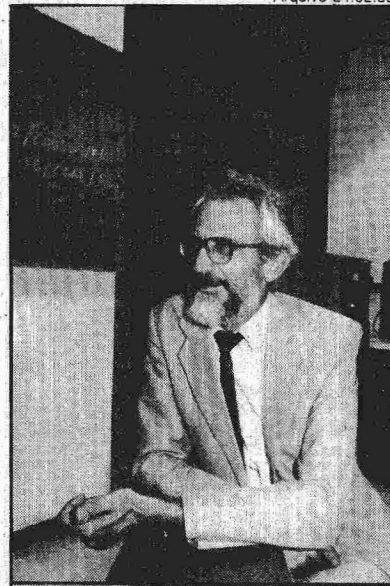
— Não, essa situação decorre tanto da greve dos professores quanto da dos funcionários. Não é só a paralisação dos serviços administrativos que causa prejuízos, mas dos professores também, porque muitas decisões na UnB dependem dos docentes.

Quais os prejuízos dessa possível greve a partir de amanhã?

— Como eu considero inimaginável o cancelamento de qualquer semestre ou mesmo de um vestibular, uma greve agora significaria mais alterações no calendário escolar. Se terminarmos o segundo semestre de 89 no ano que vem, por exemplo, levaríamos pelo menos dois anos para que o calendário voltasse ao normal. A greve significará também a paralisação de várias obras em andamento e o não-pagamento de contas a fornecedores de Brasília, já que a FUB (Fundação Universidade de Brasília) movimenta muito dinheiro.

Isto significa que o senhor é contra essa greve que pode ser iniciada amanhã?

— O que eu acho é que a gente tem que encontrar maneiras alternativas de levar essa situação grave de salários irrisórios à população, para que ela fique do nosso lado quando pedirmos aumentos salariais. Devem ser formas de mobilização, pois a essa altura, fechar



Todorov: mobilização na rua

uma universidade por um mês não será novidade nenhuma, mas se você conseguir fechá-la por duas horas e colocar todos os professores, funcionários e alunos na rua para ir até o Governo mostrar que a situação está crítica, terá uma repercussão muito maior.

Para os professores, uma das motivações para essa nova greve é o fato da direção da UnB não ter homologado o acordo assinado com a

categoria na primeira audiência do dissídio coletivo. Para evitar a paralisação seria possível a reitoria voltar atrás e assiná-lo?

— Assinar esse acordo agora com a ADUnB (Associação dos Docentes da Universidade de Brasília) seria pura e simples demagogia, porque não haveria condições de pagar. Eu só assino qualquer acordo quando eu tiver certeza que tenho do dinheiro para pagar.

A presidente da ADUnB, Dóris Santos, o acusa de ter sido incompetente na condução das negociações do acordo ao enviar um pedido de dotação orçamentária ao MEC muitas vezes superior ao que realmente seria necessário para o pagamento do dissídio da categoria.

— A direção da ADUnB até hoje reclama pelo fato de eu ter enviado uma previsão de pagamento que incluía também o dissídio dos funcionários. Mas enquanto eu estiver aqui eu sou reitor em exercício de toda a Universidade e seria burrice fazer um acordo com os professores hoje e não estar preparado para fazer acordo com os funcionários, porque no dia seguinte eles entrariam em greve. Eu discordo em atender apenas uma categoria e seria demagogia agradar os professores, começar o segundo semestre e não ter condições de pagar.

Pelos cálculos da reitoria, de

quanto deve ser essa dotação orçamentária?

— Pelos nossos cálculos seria de NCz\$ 216 milhões, incluindo professores e funcionários. Pelos cálculos da ADUnB, para atender apenas os professores essa dotação deve ser de NCz\$ 54 milhões. Pagando tudo que o juiz do Tribunal Regional do Trabalho propôs para o dissídio dos professores, teríamos um aumento de 126% na folha de pagamento da UnB, sobre o mês de julho.

Com a promessa do ministro da Educação, Carlos Sant'Anna, de nomear o novo reitor da UnB, Antonio Ibanez, ainda essa semana, qual a UnB que ele terá pela frente?

— No momento acredito que a expectativa é muito grande quanto ao novo reitor. Se não for resolvida a questão dos salários, e admitindo a possibilidade de uma greve a partir de amanhã, esse será o maior problema que enfrentará ao assumir a reitoria. A crise que a UnB vive hoje é uma crise salarial. Ele poderá ter problemas no ano que vem, já que a proposta orçamentária aprovada pelo MEC reduziu em 40% os recursos que solicitamos.

O senhor continua reitorável?

— As eleições acabaram e as próximas só daqui a quatro anos. Aí você volta a me perguntar.

Os professores da rede pública de ensino decidiram ontem adiar a deflagração de uma greve da categoria para continuar negociando com o Governo do Distrito Federal um novo plano de carreira que está em apreciação no Senado. Reunidos em assembleia ontem de manhã no estacionamento do estádio Mané Garrincha, os professores decidiram também manter o estado de greve e realizar uma passeata na próxima terça-feira à tarde, do Centro de Convenções ao Palácio do Buriti, como forma de pressão pela imediata implantação do Plano de Cargos de Salários — o que para muitos vai representar um ganho adicional de salário de até 84%.

Na primeira rodada de negociações, marcada para quarta-feira, as partes vão discutir a proposta do GDF de implantar o Plano de cargos e salários em janeiro. Os professores estão dispostos a aceitar, desde que a medida venha acompanhada de uma antecipação salarial de 50%, retroativos a agosto. Outros dois pontos podem comprometer um novo acordo: a extinção da ajuda de custo e a estrutura dos padrões da tabela salarial, que obriga o professor a se aposentar cinco anos mais tarde se quiser alcançar o nível máximo da tabela.